



MARIA IZABEL MACHADO
(ORGANIZADORA)

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

 **Atena**
Editora
Ano 2019



MARIA IZABEL MACHADO
(ORGANIZADORA)

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

 **Atena**
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F488	Filosofia contemporânea [recurso eletrônico] / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-708-6 DOI 10.22533/at.ed.086191710 1. Filosofia – Estudo e ensino. I. Machado, Maria Izabel. CDD 100.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Filosofia Contemporânea” aqui apresentada é composta de 12 capítulos que têm como fio condutor as contribuições da filosofia para pensar o hoje. Embora a filosofia seja o alicerce sobre qual se assentam as reflexões desenvolvidas na obra cabe destacar seu caráter multidisciplinar, uma vez que ao se desafiarem a produzir reflexões sobre o vivido os autores e autoras o fizeram considerando o dinamismo da existência e a complexidade do existir.

Os temas desenvolvidos ao longo da obra foram ordenados de maneira a aproximar tematicamente seus autores, razão pela qual não há uma ordem de importância numericamente estabelecida. Do primeiro ao último o mérito está na reflexão em si e não na relevância do trabalho.

Dentre os primeiros quatro capítulos se encontram reflexões focadas no sujeito e nos desafios de existir frente ao sofrimento, frente ao absurdo da vida. As tensões entre liberdade, vontade e responsabilidade nos conduzem a um empreendimento reflexivo que como menciona um dos autores nos sensibiliza para o perpétuo nascer e perecer da existência.

As temáticas do segundo bloco de capítulos, entre o 5º. E 7º, reúnem reflexões acerca da modernidade e seus desafios. Se fosse possível concentram em uma questão poderíamos perguntar: o que estamos fazendo do mundo e de nossas vidas nele? As tecnologias que de forma quase totalitária orientam nosso cotidiano contemporaneamente também impõem seus custos: se por um lado nos lançam para o progresso, de outro nos recordam dos desafios éticos da manipulação da vida, dos perigos do sequestro de sentido pelo uso incessante de equipamentos e nos confinam no encurtamento do tempo.

O terceiro e último bloco tem um caráter, se assim podemos afirmar, mais propositivo. É possível nos resgatar como humanidade? É possível que a beleza e o compromisso ambiental nos restabeleçam sentidos adormecidos? As contribuições presentes a partir do 8º. Capítulo nos convidam, desta forma, a pensar acerca das contribuições filosóficas não apenas para uma vida boa, mas para uma vida melhor. Esse caminho, como chama a atenção um dos autores, só será possível mediante o compromisso com a natureza, com nossos pares e com nossa própria subjetividade.

Desta maneira convidamos leitores e leitoras a essa viagem pela busca de sentido, na problematização da vida e nas práticas transformadoras tendo a filosofia como farol.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A NOÇÃO DE TRIEB E SOFRIMENTO EM SCHOPENHAUER E FREUD	
Suely Poitevin	
DOI 10.22533/at.ed.0861917101	
CAPÍTULO 2	8
A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO DE THEODOR ADORNO	
Juliano Bernardino de Godoy	
DOI 10.22533/at.ed.0861917102	
CAPÍTULO 3	20
AS TEORIAS DO RECONHECIMENTO: CHARLES TYLOR E AXEL HONNETH	
José Vitor Lemes Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.0861917103	
CAPÍTULO 4	35
O MAL EXECUTADO POR PESSOAS NORMAIS E SENSATAS: DOS HORRORES DO NAZISMO À MODERNIDADE LÍQUIDA	
Fernando Zan Vieira	
Waislan Nathan Ferreira Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0861917104	
CAPÍTULO 5	39
PARIS NO SÉCULO XX, LISBOA NO SÉCULO XXI OU A MONOTONIZAÇÃO DO MUNDO: A IDEIA DE CIDADE NO ANTROPOCENO	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.0861917105	
CAPÍTULO 6	51
CRISE, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E COMPRESSÃO DO ESPAÇO-TEMPO NA CONTEMPORANEIDADE	
José Rangel de Paiva Neto	
Ingridy Lammonikelly da Silva Lima	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.0861917106	
CAPÍTULO 7	63
A RAZÃO COMUNICATIVA COMO ALTERNATIVA PARA A RAZÃO INSTRUMENTAL NA BIOÉTICA GENÉTICA	
Miguel da Silva Santos	
José Luis Sepúlveda Ferriz	
DOI 10.22533/at.ed.0861917107	
CAPÍTULO 8	75
MARCUSE E A TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE: UMA INTRODUÇÃO	
Helio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.0861917108	

CAPÍTULO 9	83
UMA LEITURA ESTÉTICA DO REI DO POP À LUZ DO PENSAMENTO KANTIANO	
Cláudia de Araújo Marques	
Marcos Antonio Firmino	
Renato Gonçalves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0861917109	
CAPÍTULO 10	91
FILOSOFIA DO DIREITO: UMA BREVE ANÁLISE	
Adelcio Machado dos Santos	
Joel Cesar Bonin	
DOI 10.22533/at.ed.08619171010	
CAPÍTULO 11	105
O ENGAJAMENTO E O ENSINO FILOSOFIA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PENSAMENTO DE ELISETE TOMAZETTI	
Maria Catarina Ananias de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.08619171011	
CAPÍTULO 12	115
UMA ARTICULAÇÃO ECOSÓFICA NA CONTEMPORANEIDADE	
Kellison Lima Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.08619171012	
SOBRE A ORGANIZADORA	125
ÍNDICE REMISSIVO	128

AS TEORIAS DO RECONHECIMENTO: CHARLES TYLOR E AXEL HONNETH

José Vitor Lemes Gomes

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Cláudio. E-mail: emaildozevitor@gmail.com

RESUMO: Esse trabalho objetiva explicitar os principais conceitos e fundamentos filosóficos das teorias do reconhecimento de Charles Tylor e Axel Honneth. A pesquisa bibliográfica das principais obras desses autores sobre o tema nos permitiu constatar a relevante contribuição da filosofia da consciência hegeliana para consolidação das teorias em questão. Tylor e Honneth retomam reflexões filosóficas clássicas que concebem a busca de reconhecimento como uma característica universal do homem. Além disso, esses autores desenvolvem a análise em direção à consolidação de uma filosofia social que situa a luta por reconhecimento, de indivíduos e grupos, em um contexto social específico, a modernidade ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: Reconhecimento, Luta, Modernidade.

ABSTRACT: This paper aims to explain the main concepts and philosophical foundations of the theories of recognition of Charles Tylor and Axel Honneth. The bibliographical research of the main works of these authors on the subject

allowed us to verify the relevant contribution of the philosophy of the Hegelian conscience to consolidate the theories in question. Tylor and Honneth return to classical philosophical reflections that conceive the search for recognition as a universal characteristic of man. In addition, these authors develop the analysis towards the consolidation of a social philosophy that places the struggle for the recognition of individuals and groups in a specific social context, Western modernity.

KEYWORDS: Recognition, Struggle, Modernity.

INTRODUÇÃO

As teorias do reconhecimento têm origem na filosofia da consciência hegeliana. Hegel pensa a consciência em um paradigma relacional, ou seja, entende que a consciência só existe em relação com outras consciências. Nessas condições, a compreensão sobre como a consciência organiza seus objetos, seu saber, seu modo de julgamento e seus critérios de ação resulta do entendimento de como a consciência se relaciona com outras consciências.

Para Hegel o conflito é o mecanismo que possibilita o progresso social e moral em direção às formas mais sofisticadas de relações sociais. Nessa concepção o conflito se traduz em lutas por respeito e reconhecimento intersubjetivo

como motor das transformações sociais. A partir do século XIX inúmeros conflitos sociais expressaram lutas por direitos que conferem reconhecimento a grupos sociais na esfera pública. Nesses termos, podemos considerar as lutas do movimento operário, a reivindicação do sufrágio universal, a luta por direitos civis, políticos e sociais.

Esse artigo objetiva explicar a abordagem do reconhecimento nas teorias do filósofo político Charles Taylor e do filósofo social Axel Honneth. Inspirado nas intuições hegelianas, Taylor enfatiza a fundamentação histórico-filosófica da tese do reconhecimento social como vínculo essencial entre os homens. Honneth, além de revisar fundamentos hegelianos sobre o tema, busca argumentos históricos, sociais e psicológicos para pensar o reconhecimento. Os dois autores constroem suas teorias através da consolidação de conceitos fundamentados filosoficamente.

A TEORIA DO RECONHECIMENTO DE CHARLES TAYLOR

Charles Taylor, assim como Hegel, considera essencial a noção de reconhecimento como fundamento da vida em sociedade. Na obra de Taylor o tema do reconhecimento é abordado em seu aspecto filosófico e social. No primeiro caso Taylor busca evidenciar a singularidade do ser humano independente de qualquer contexto. No segundo caso o autor procura situar o tema do reconhecimento em um contexto social, o ocidente moderno em sua singularidade.

Ao apresentar um entendimento da singularidade humana independente das vicissitudes culturais, Taylor destaca as características invariáveis de todo ser humano em qualquer ambiente sociocultural. A característica universal do homem, para Taylor, é a autointerpretação (self-interpreting), isto é, a capacidade do homem de se autointerpretar. Com a tese do homem como um animal que se autointerpreta, Taylor começa a evidenciar o papel constitutivo da interpretação que temos sobre nós mesmos para definir aquilo que somos.

...a interpretação de nós mesmos inaugura uma parte essencial de nossa existência. Nós somos sempre o resultado de interpretações passadas, as quais continuam clamando por articulações ulteriores. Este é um processo que perdura potencialmente por toda vida. Quer encaremos este desafio ou busquemos refúgio em ilusões, são as interpretações, enganosas ou não, que nos formam como pessoas e fazem quem nós somos. É nesse sentido preciso e constitutivo que somos animais que se autointerpretam. (MATTOS, 2006, p. 44)

Fica evidente a importância do papel da linguagem sem a qual não haveria interpretações e autointerpretações que propiciam modos de conhecimento, reconhecimento e construção da identidade. Reconhecemos o outro, de determinado modo, em função da interpretação que fazemos sobre ele. Constituímos nossa própria identidade quando nos reconhecemos e somos reconhecidos como portadores de certos atributos, valorizados ou não, pela sociedade.

Taylor evidencia que a linguagem, que propicia as interpretações da realidade, é construída dentro de um pano de fundo, isto é, uma gama de noções pré-reflexivas,

não articuladas, ou seja, não formuladas. Esse pano de fundo desempenha um papel determinante sobre as concepções dos agentes, pois esses nunca o tem completamente articulado. A linguagem pode remodelar o pano de fundo à medida que os sujeitos o articulam, mas no caso contrário as concepções individuais serão condicionadas pelo pano de fundo. O pano de fundo permite ao homem operar no mundo, independente dos processos mais complexos de educação, racionalização, articulação da cultura.

Todos nós dispomos de condições de inteligibilidade de nossa cultura que estão vinculadas a nossa compreensão sobre nossa vida. Utilizamos, mesmo que a forma inarticulada, as concepções básicas de nossa cultura para entendermos o julgamento as nossas ações e motivações, assim como, para fazermos o mesmo com as outras pessoas. Mesmo de forma inarticulada, essas pré-noções moldam os nossos juízos. E é justamente nisso que temos de nos centrar se quisermos estabelecer qualquer padrão de inteligibilidade para nós. (MATTOS, 2006, p. 35)

Um sujeito articula elementos do seu pano de fundo quando é capaz de representá-lo intersubjetivamente podendo então modifica-lo. Quando inarticulado o pano de fundo serve de base para a ação individual, mas, nesse caso, a ação é pré-reflexiva e o agente desconhece os verdadeiros móveis da ação. Mattos (2006) dá o exemplo do uso do vocábulo deferência. Muitos indivíduos não sabem traduzir seu significado (exceto quem tem um capital cultural elevado), porém a prática expressa pelo termo está presente na vida de grande parte das pessoas. Muitas das práticas justificadas socialmente não estão articuladas e ditam o comportamento e a identidade. Assim, o comportamento e a identidade são fatores construídos, não só na esfera individual, mas também, na esfera sociocultural.

De certo modo, a relação entre o espaço articulado e inarticulado do pano de fundo é uma relação entre teoria e prática. Podemos, muitas vezes, executar uma teoria, mesmo sem conhecê-la no plano teórico-formal e nesse caso haverá dificuldade para traduzi-la intersubjetivamente, o que impede, também, a reflexão e modificação do pano de fundo. Posso não ter o mapa da cidade em minha mente, mas sei exatamente como sair de casa e ir ao local onde trabalho e ao mercado, mesmo sem saber o nome das ruas do percurso.

Tendo em vista a influência social sobre o comportamento individual, através do pano de fundo, Taylor afirma que o sujeito é sempre situado e por isso pode ser compreendido. Só pode haver compreensão sobre o homem quando se conhece sua situação.

Outra questão importante para Taylor é a concepção da ação humana. O autor aborda esse tema na obra *Human Agency and Language* (1985) no seu primeiro capítulo. Taylor indica que o diferencial do agir humano em relação ao agir dos demais animais é a capacidade de formar desejos de segunda ordem.

The key notion the distinction between first – and second order desires which Frankfurt makes in his Freedom of the will and the concept of a person. I can be said to have a second-order desire when I have a desire whose object is my having certain (first-order) desires. The intuition underlying Frankfurt's introduction of this notion is that it is essential to the characterization of a human agent or person, that

is to the demarcation of human agents from other kinds of agent. (TAYLOR, 1985, p. 15)

Desejos de primeira ordem são aqueles mais básicos e irrefletidos, ligados aos instintos e impulsos. Já, os desejos de segunda ordem se dão a partir da capacidade de avaliar a desejabilidade dos primeiros (MATTOS, 2006). Nesse caso, os desejos são hierarquizados e os homens concebidos como seres dotados de virtudes ou vícios. Os desejos de segunda ordem passam pelo julgo da cultura podendo ser considerados sagrados ou profanos. Nenhum animal, além do homem, possui essa capacidade.

Put in other terms, we think of animals as having desires, even as having to choose between desires in some cases, or at least as inhibiting some desires for the sake of others. But what is distinctively human is the power to evaluate our desires, to regard some as desirable and others as undesirable. This is why no animal other than man...appears to have the capacity for reflective self-evaluation that is manifested in the formation of second-order desires. (TAYLOR, 1985, p. 15, 16)

A partir disso Taylor apresenta duas formas de avaliar o desejo: avaliação fraca e avaliação forte. No primeiro caso a avaliação visa os resultados da ação, em termos de eficácia. No segundo caso a avaliação visa o valor qualitativo dos nossos diferentes desejos. Nas avaliações fracas há uma análise instrumental ou utilitarista da ação, que é calculada em eficácia, custo/benefício. Na avaliação forte se questiona o que seria benéfico e eficaz de fato enquanto na avaliação fraca os fins são estabelecidos pré reflexivamente.

...podemos dizer, que nas avaliações fracas, para que algo seja julgado bom é suficiente que seja desejado, enquanto que, nas avaliações fortes é necessário o uso de um critério que represente o bom e não só o desejo. (MATTOS, 2006, p. 44)

O aspecto contextual do reconhecimento, para Taylor, refere-se à singularidade sócio-histórica do ocidente. Taylor indica uma noção singular de *self* específica ao ocidente. Essa tese foi levada à cabo na obra *As Fontes do Self: A Construção da Identidade Moderna*. Taylor busca mapear os fundamentos da identidade moderna questionando porque determinados valores tornam-se caros para o homem moderno, influenciando sua forma de agir, pensar e sentir.

Taylor enfatiza os modos de agir, pensar e sentir, considerados superiores e bons para o homem ocidental, revelando que a identidade tem fundamentos morais. Assim cabe saber porque determinados valores se tornaram caros para nós. Taylor ressalta que na modernidade as respostas aos questionamentos cabem ao indivíduo e não a religião como ocorria na ordem teísta. Se antes o sentido da vida individual advinha da religião, na modernidade o próprio indivíduo pode construir o sentido de sua vida. Assim a identidade é, em partes, expressão da vontade individual. Isso porém não elimina o papel da intersubjetividade na construção da identidade. A esfera de ação e de escolha individual se amplia com a modernidade, mas a sociedade não deixa de exercer pressão no sentido de padronizar a formação da identidade.

São as configurações morais específicas, consolidadas em praticas sociais, que nos dão os padrões centrais nos quais são julgados nossos desejos, inclinações

ou escolhas. Na verdade, as configurações representam o horizonte por onde julgo o que é bom, mais elevado, desejável, enfim, merecedor do meu respeito e apreço, do que não é. A partir desse horizonte, tomo uma posição e me defino como *self* e defino o que é relevante para mim. Aqui fica a relação entre identidade e moralidade. (MATTOS, 2006, p. 58)

Enfatizando que o *self* é inseparável de questões morais, Taylor evidencia as ideias de hegemonia da razão, autodomínio e interioridade como fundamentais para o *self* moderno. A ideia de hegemonia da razão, assim como de autodomínio, advém de Platão, para quem, a razão é superior aos sentidos e desejos, sendo o meio mais elevado para se chegar à verdade e ao bem. O que é superior é considerado como fruto da razão e o que é inferior é considerado como resultado de sensações e desejos. Já a noção de interioridade advém de Santo Agostinho que defende, assim como Platão, a existência de uma ordem cósmica organizada para o bem.

De Descartes advém a concepção moderna de *self*, a qual afirmar que não nos interiorizamos para chegar a Deus, como pensou Santo Agostinho, mas nos interiorizamos para reconhecer a existência de uma causa transcendente que nos possibilita o uso da razão. Para Descartes o individualismo moderno deve basear-se nas ideias de autorresponsabilidade, autonomia e autodeterminação. Além disso, Descartes apresentou a perspectiva de “*self* desprendido”, isto é, a autointerpretação objetivada, desvinculada da concepção de bem, visando atender aos padrões da ciência. Mattos (2006) afirma que para realizar essa tarefa, o sujeito deve desprender-se da noção da primeira pessoa, isto é, distanciar-se das pré-noções e então adotar uma teoria que explique o funcionamento das coisas de modo neutro. Assim, Descartes eleva o valor de uma razão que é procedimental, instrumental e defende que ser racional implica na submissão a certas regras e cânones metodológicos. O desprendimento proposto por Descartes torna-se pressuposto para o desenvolvimento da ciência. Para fazer ciência o analista deve desprender-se de suas crenças e costumes.

Para Taylor o desprendimento metodológico proposto por Descartes é impossível. O caminho para o conhecimento não passa necessariamente pelo desprendimento e pela razão instrumental. Devemos lembrar que para Taylor o homem só pode ser entendido enquanto ser situado, ou seja, é sempre inserido em uma situação sociocultural que exerce influência na configuração de sua identidade, de seu comportamento e de suas concepções. Assim a ideia de neutralidade nos assuntos humanos é algo impossível para Taylor. O homem está situado e assim não pode ter concepções neutras e indiferentes frente à realidade, pois só pode ver a realidade a partir de perspectivas específicas. Descartes, assim como outros pensadores, hierarquizaram as perspectivas possíveis de análise da realidade ao estabelecer os cânones naturalistas da ciência moderna como os mais eficazes para conhecer a realidade. Para Taylor isso é um erro, pois apenas inclui tais cânones no pano de fundo sem realmente questioná-los. Enquanto seres situados, somos situados em relação a um pano de fundo. Taylor constata que muitas das premissas da ciência moderna (como a ideia cartesiana de desprendimento) resultam do pano de fundo composto por

elementos morais pré-reflexivos.

No capítulo 1 da obra *Argumentos Filosóficos*, intitulado *Superar a Epistemologia*, Taylor (2000) estabelece uma crítica à epistemologia afirmando que a concepção epistemológica é uma compreensão de conhecimento compatível com a moderna ciência mecanicista (representada por Descartes). Para Taylor a epistemologia não cumpre a tarefa de esclarecer os motivos de validação do conhecimento e de seu grau de validade. A crítica de Taylor à epistemologia é equivalente à crítica que estabelece a Descartes. Isso se deve ao fato de entender a concepção epistemológica como uma ciência mecanicista e ao modo como a epistemologia tenta explicar a atividade de conhecer, concebendo o conhecimento como recepção passiva de interpretações do mundo externo. Desse modo, o conhecimento se baseia numa relação entre realidade externa e consciência interna, sendo que essa última deve adotar modelos formais para conhecer a realidade exterior, assim como um computador estabelece cálculos formais. A epistemologia pretendeu questionar a validade do conhecimento, mas errou ao adotar os mesmos pressupostos lógicos da ciência moderna, sem considerar as influências socioculturais. Taylor evidencia que a epistemologia, assim como a ciência moderna e todo conhecimento, está permeada de ideais morais. O erro da epistemologia é atribuir a si uma neutralidade que não é possível.

Taylor apresenta os principais valores vigentes da modernidade que interferem na configuração da epistemologia. O desprendimento inaugurado por Descartes é a primeira noção valorativa enfatizada. Trata-se da imagem do sujeito desprendido, livre e racional, capaz de distinguir-se dos mundos natural e social, como se sua identidade não fosse definida pelo que está fora dele. Para Taylor isso é uma ilusão, pois considera indispensável a análise da situação. Essa ilusão se torna um valor moderno a partir da exigência de neutralidade e objetividade na ciência.

A segunda noção apresentada por Taylor, como valor intrínseco à epistemologia, é a visão pontual do *self* como livre, racional e autorresponsável para tratar a natureza e a sociedade. Nesse caso o *self* pontual é aquele independente que, dotado de autocontrole, neutralidade e objetividade, pode produzir resultados considerados eficazes socialmente. O que se tem nesse caso são os valores modernos de autogoverno e autorreforma que avançam regidos pela racionalidade instrumental. A última noção enfatizada por Taylor é a visão atomista da sociedade como construída por propósitos individuais, ideia presente nas teorias utilitarista e contratualista.

Taylor lembra que Heidegger argumentou sobre a emergência do ponto de vista epistemológico como estágio de desenvolvimento de uma atitude de dominação do mundo que culmina na sociedade contemporânea. Para Heidegger a condição para formarmos representações desprendidas da realidade é o engajamento no lidar com nosso mundo. Taylor o expressa do seguinte modo:

Mesmo em nossa postura teórica diante do mundo, somos agentes. Mesmo para descrições desinteressadas, temos de chegar a um acordo com ele, vivência, colocar-nos a observar, controlar condições. Mas, em tudo isso que forma a base

indispensável da teoria somos engajados como agentes que lidam com as coisas. (TAYLOR, 2000, p. 25, 26)

Para Taylor é necessário considerar a ciência e a razão no pano de fundo sociocultural no qual elas se ancoram. O Autor afirma a necessidade de avaliar a ação humana em situação, pois é nesse caso que o sujeito adquire um pano de fundo que o permite elaborar intersubjetivamente sua identidade e seu padrão de comportamento. No capítulo nono de *Argumentos Filosóficos*, Taylor (2000) coloca em questão as normas e regras sociais, indagando quais os requisitos para se seguir uma regra. O principal requisito para se seguir uma regra é o conhecimento prévio dos elementos básicos que compõe os significados em uma situação. Wittgenstein demonstra que se trata de um conhecimento apreendido socialmente, isto é, em determinada situação.

Alguns forasteiros, desconhecendo a maneira como fazemos as coisas, poderiam entender erroneamente o que se figura a nós instruções permanentemente claras e simples. Você quer ir para cidade? Basta seguir as setas. Mas suponhamos que o que parece a forma natural de seguir as setas para ele seja seguir a direção da linha e não da ponta. Podemos imaginar um cenário: não há setas em sua cultura... (TAYLOR, 2000, p. 181)

Setas, por exemplo, são elementos semióticos, apreendidos socialmente, que orientam a ação. Em nossa cultura setas são aprendidas muito cedo, de modo sutil e já estão arraigadas no pano de fundo cultural. Porém tal símbolo pode ser estranho à outra cultura e incompreensível aos seus sujeitos. Graças ao pano de fundo podemos compreender inúmeras coisas sem a necessidade de uma reflexão complexa e cognitivamente desgastante. Muitas vezes aparecem agentes que não dispõem do pano de fundo operante na situação. Esse agente entenderá erroneamente as regras e convenções violando o cumprimento dessas. Nesse caso o pano de fundo deve ser articulado pelos seus operantes para que seja aprendido pelo sujeito não situado.

Taylor chega a comparar o pano de fundo com a noção de *habitus* de Bourdieu. Essa comparação ganha pertinência quando Taylor indica a corporificação do pano de fundo pelos indivíduos nele situados. O autor quer dizer, com isso, que o pano de fundo é introduzido no sujeito por um processo de aprendizado social que consiste em relações intersubjetivas com vista ao reconhecimento. Para Taylor o pano de fundo se manifesta na fala, na postura, no comportamento de modo geral.

Conversações com algum grau de facilidade e intimidade vão além da mera coordenação e tem um ritmo comum. O interlocutor não só ouve como participa com gestos de cabeça, hum-hum, e coisas do gênero e, num certo movimento comum. O momento apropriado é sentido por ambos os parceiros ao mesmo tempo em virtude do ritmo comum. (TAYLOR, 2000, p. 188)

Devemos lembrar que a nossa compreensão do mundo se dá, antes de tudo, através do aprendizado de um pano de fundo, o qual corporificamos.

Nossa compreensão mesma é corporificada. Isto é, nosso conhecimento corporal e a maneira como agimos e nos movemos podem codificar componentes de nossa compreensão do *self* e do mundo. Sei me locomover num ambiente conhecido no

sentido de ser capaz de ir de um lugar para o outro com facilidade e segurança. Posso ter dificuldades se me pedirem para fazer um mapa ou mesmo para dar instruções explícitas a um estranho. (TAYLOR, 2000, p. 186)

Como já foi afirmado, esse aprendizado das concepções de mundo, da concepção de eu e dos modos de comportamento, se dá pela ação dialógica. Nossas concepções e hábitos resultam da interação social, de um processo de relações intersubjetivas de luta por reconhecimento.

Definimo-nos a nós mesmos, em parte, em termos daquilo que aceitamos como nosso lugar apropriado no âmbito de ações dialógicas. Se de fato me identifico com a minha atitude de deferência diante de pessoas mais sabias como você, essa atitude conversacional torna-se um constituinte de minha identidade. (TAYLOR, 2000, p. 189)

Taylor expressa que a compreensão do pano de fundo é pressuposto fundamental para o entendimento de regras. Essa compreensão consiste na corporificação do pano de fundo pelo sujeito e isso ocorre mesmo se o pano de fundo não for articulado.

HONNETH E OS FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA DO RECONHECIMENTO

Axel Honneth desenvolve uma sociologia do reconhecimento, pois entendia que a dimensão social do reconhecimento não foi devidamente considerada pela teoria sociológica de até então. Mattos (2006, p. 87) afirma que Honneth pretende mostrar como os conflitos sociais são essencialmente baseados numa luta por reconhecimento social que é motor das mudanças sociais. Para realizar seu objetivo, Honneth mobiliza a teoria de Hegel (do período de Jena), a psicologia social de Georg Mead e a teoria de Donald Winnicott com ênfase nas relações primárias.

Honneth indica que o jovem Hegel afirma a existência de uma luta dos sujeitos por reconhecimento recíproco de suas identidades. Essa luta exerce uma pressão social para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras de liberdades. A noção de luta por reconhecimento apresentada por Hegel difere da luta por autoconservação introduzida por Maquiavel e Hobbes. Esses dois fundadores da filosofia social moderna entendem os sujeitos como concorrentes em permanente disputa por interesses individuais.

Para Hobbes há um estado de natureza no qual ocorre a guerra de todos contra todos, mas em nome da conservação individual se estabelece o contrato social que põe fim a guerra. Hegel vê na filosofia social moderna a tendência de reduzir a ação política a uma racionalidade restrita a fins, sem ressaltar questões éticas valorativas indispensáveis da vida social. Assim Hegel recupera a idéia, de Aristóteles, do homem como um animal político capaz de estabelecer comunidade, a partir da qual concebe a história do espírito humano como um processo de universalização conflituosa dos potenciais morais. Esse processo avança à medida que as relações intersubjetivas culminem em reconhecimento recíproco, porem esse reconhecimento resulta de

uma luta. Para Hegel, o reconhecimento recíproco é equivalente à reconciliação intersubjetiva que garante a coesão orgânica da sociedade com uma forma de vida ética dotada de potencial moral.

Hegel carrega o conceito aristotélico de forma de vida ética com potencial moral que não resulta simplesmente de uma natureza dos homens. [...] os sujeitos no quadro de uma relação já estabelecida eticamente, vem sempre à saber algo mais acerca de sua identidade particular, pois trata-se em cada caso até mesmo de uma nova dimensão de seu EU que vêem confirmada, eles abandonam novamente a etapa da eticidade alcançada, também de modo conflituoso, para chegar de certa maneira ao reconhecimento de uma forma mais exigente de individualidade [...] Hegel carrega desse modo o conceito aristotélico de forma de vida ética com um potencial moral que já não resulta mais simplesmente de uma natureza dos homens subjacente, mas de uma espécie particular de relação entre eles; as coordenadas de pensamento filosófico-político se deslocam do conceito teleológico de natureza para um conceito do social no qual uma tensão interna esta constitutivamente incluída.” (HONNETH, 2003, p. 47)

Hegel, ao contrário de Maquiavel e Hobbes, não vê a luta como algo que deve ser encerrada por um contrato, mas sim como um meio moral da sociedade avançar para uma etapa mais madura de relação ética. Isso se deve ao fato de Hegel não conceber a luta como um confronto pela pura autoconservação do ser físico, mas sim como um conflito motivado por questões éticas e morais.

Desse modo, Honneth afirma que para Hegel os conflitos sociais têm um potencial de aprendizado prático e moral. Honneth indica que há uma virada no pensamento de Hegel, a passagem do referencial aristotélico para referencia na filosofia da consciência.

No novo contexto, o termo reconhecimento refere-se aquele passo cognitivo que uma consciência já constituída idealmente em totalidade efetiva no momento em que ela se reconhece como a si mesma em uma outra totalidade, em uma outra consciência; e há de ocorrer um conflito ou uma luta nessa experiência de reconhecer-se-no-outro, porque só através da violação recíproca de suas pretensões subjetivas os indivíduos podem adquirir um saber sobre o outro, também se reconhece neles como uma totalidade. (HONNETH, 2003, p. 63)

Tendo como referencial a filosofia da consciência, o foco da análise deixa de ser as relações éticas e passa a ser a evolução da consciência individual. Nesse caso a questão central colocada por Hegel será: quais experiências um sujeito precisa ter feito ao todo antes de estar em condições de conceber-se a si mesmo como uma pessoa dotada de direitos e assim participar da vida institucional regulada de uma sociedade. (HONNETH. 2003, p. 73)

Para responder a tal questão, Hegel apresentou uma teoria de socialização na qual a formação da identidade deve estar vinculada ao reconhecimento intersubjetivo. Assim para que um sujeito seja reconhecido deve, também, reconhecer o seu parceiro de interação.

...se eu não reconheço meu parceiro de interação como um determinado gênero de pessoa, eu tampouco posso me ver reconhecido em suas reações como o mesmo gênero de pessoa, já que lhe foram negadas por mim injustamente aquelas propriedades e capacidades nas quais eu quis me sentir confirmado por ele.

Na sua teoria das etapas de reconhecimento, Hegel apresenta três etapas, uma relativa às relações afetivas, outra relativa às relações formais do direito e por fim as relações de reconhecimento do Estado. No primeiro caso teremos as relações de amor familiar, no qual o indivíduo se reconhece como ser carente. O amor para Hegel é o sentimento fundamental para o indivíduo formar um referente psíquico da noção de comunidade ética, pois sem o sentimento de ser amado isso não seria possível. Na relação entre pais e filhos os sujeitos se reconhecem como amantes emocionalmente carentes. Nesse caso há uma dependência dos filhos em relação aos pais relativa às necessidades básicas de manutenção da vida que deve ser superada no processo de educação. O sexo é uma relação mútua de conhecer-se no outro, isto é, um modo de reconhecimento recíproco. Assim a etapa do amor é o primeiro momento de constatação da dependência individual em relação aos seus parceiros e ao mesmo tempo a constatação da necessidade de autonomia individual. Assim, dependência e autonomia são fatores que devem ser conciliados para promoção bem sucedida de reconhecimento recíproco.

A etapa relativa à relação formal do direito consiste no reconhecimento do indivíduo como pessoa de direito abstrata. É nessa relação que a pessoa tem autonomia formal do indivíduo como pessoa de direito abstrata e pode ter autonomia formal na sociedade civil. Nessa etapa as relações de reconhecimento consolidadas em condições de validade particulares são universalizadas como direitos. Para Hegel o direito se desenvolve devido à pressão exercida pela luta por reconhecimento, assim como as demais relações.

Por fim Hegel pensou a relação de reconhecimento por parte do Estado, na qual o indivíduo é reconhecido como universal, um sujeito socializado em sua unidade. Nesse caso o sujeito deve ter reconhecida sua particularidade individual nas relações de solidariedade orgânica.

Axel Honneth apresenta George Herbert Mead como aquele que reconstrói as intuições do jovem Hegel sobre a intersubjetividade num quadro teórico pós-metafísico. Mead constrói uma psicologia social e vê as divergências morais como um movimento que constitui o processo de evolução social. Sua noção de evolução social aproxima-se da idéia hegeliana de luta por reconhecimento, porém com uma base na psicologia social. Para Honneth, Mead e Hegel entendem a evolução moral das sociedades como um processo de ampliação do reconhecimento jurídico, o que implica em um aumento de garantia jurídica de liberdade e conseqüentemente do potencial de individualidade.

Da mesma maneira que Hegel, Mead também vê como motor dessas modificações geridas uma luta da qual os sujeitos procuram ininterruptamente ampliar a extensão dos direitos que lhes são intersubjetivamente garantidos e, nesse sentido, elevar o grau de autonomia pessoal; a liberação histórica da individualidade se efetua por isso, para os dois pensadores, como uma luta por reconhecimento de longo alcance. (HONNETH, 2003, p. 145, 146)

Para Honneth a principal ideia comum entre Mead e Hegel é a de que a reprodução da vida social se efetiva sob o imperativo de um reconhecimento recíproco que se dá em um processo de lutas. Os sujeitos se conscientizam de sua própria subjetividade na interação. Para Mead um sujeito sabe o significado intersubjetivo de suas ações quando ele está em condições de desencadear em si próprio a mesma reação que causou em seu interlocutor.

Para pensar o reconhecimento do indivíduo sobre sua própria subjetividade, fato que o torna capaz de interagir nas relações intersubjetivas, Mead apresenta as noções de *I* e *ME*. Essas categorias correspondem a estruturas psíquicas que interagem conflituosamente entre si formando a identidade. O *I* é a fonte não regulamentada de todas as ações individuais, precede a consciência que o sujeito possui de si mesmo do ângulo de visão do seu parceiro de interação e não pode existir como um objeto na consciência. O *ME* corresponde à identidade consciente que o indivíduo tem de si mesmo enquanto agente operante na interação social. O *ME* é para o indivíduo a representação que o outro tem dele, assim é através do *ME* que o sujeito se vê pela perspectiva do outro e a partir disso pode reagir a si mesmo. Honneth ressalta que para Mead a relação entre *I* e *ME* na personalidade individual é comparável ao relacionamento entre parceiros de um diálogo.

...um sujeito só pode adquirir uma consciência de si mesmo na medida em que ele aprende a perceber sua própria ação da perspectiva, simbolicamente representada, de uma segunda pessoa. Essa tese representa o primeiro passo para uma fundamentação naturalista da teoria do reconhecimento de Hegel, no sentido de que pode indicar o mecanismo psíquico que torna o desenvolvimento da autoconsciência depende da existência de um segundo sujeito: sem a experiência de um parceiro de interação que lhe reagisse, um indivíduo não estaria em condições de influir sobre si mesmo com base em manifestações autoperceptíveis, de modo que aprendesse a entender aí suas reações como produções da própria pessoa. (HONNETH, 2003, p. 131)

Honneth ressalta que Mead chega a uma nova etapa de sua psicologia social ao ir além das questões cognitivas e tratar o aspecto da influência das normas morais. Essas normas certamente interferem na constituição do *ME*, por isso “uma criança só pode julgar seu comportamento como bom ou mal quando ela reage a suas próprias ações lembrando as palavras de seus pais.” (MEAD apud HONNETH, 2003, p. 133).

Mead ainda apresenta no seu quadro teórico o conceito de “outro generalizado”, isto é, a noção geral dos outros e as expectativas que esses manifestam em função das normas sociais, a partir disso o indivíduo começa a adotar a mesma atitude de todos os outros participantes para que possa haver uma intersubjetividade bem sucedida. Esse processo é a própria socialização que se efetua como uma interiorização das normas de ação provenientes da generalização das expectativas do comportamento de todos os membros de sociedade.

Ao aprender a generalizar em si mesmo as expectativas normativas de um número cada vez maior de parceiros de interação, a ponto de chegar a representação das normas sociais da ação, o sujeito adquire a capacidade abstrata de poder

participar nas interações normativamente reguladas de seu meio; pois aquelas normas interiorizadas lhe dizem quais são as expectativas que as obrigações que eles tem de cumprir em relação a eles. (HONNETH, 2003, p. 135)

Com a socialização, normas sociais regulam as relações levando os sujeitos a apreenderem suas obrigações e direitos; podendo contar com suas exigências. Nesse caso, a noção de direitos pode ser traduzida como pretensões individuais das quais se pode estar seguro que o outro generalizado as satisfará. Mead evidencia que há um conflito na socialização, pois o indivíduo não tem somente direitos, ele tem também deveres aos quais reage. A reação do indivíduo as demandas da comunidade é o *I*, sua reação pode alterar tal demanda. Desse modo é correto afirmar que o *I* é responsável pelo agir espontâneo contraposto ao *ME*. Desse conflito entre *I* e *ME* se explica o desenvolvimento moral dos indivíduos e das sociedades.

...o “me” incorpora, em defesa da respectiva coletividade, as normas convencionais que o sujeito procura constantemente ampliar por si mesmo, a fim de poder conferir expressão social a impulsividade e criatividade do seu “eu”. Mead insere na auto-relação prática uma tensão entre a vontade global internalizada e as pretensões da individuação, a qual deve levar a um conflito moral entre o sujeito e seu ambiente social; pois, para poder por em prática as exigências que afluem do íntimo, é preciso em princípio o assentimento de todos os membros da sociedade, visto que a vontade comum controla a própria ação até mesmo como norma interiorizada. É a existência do “me” que força o sujeito a engajar-se, no interesse de seu “eu”, por novas formas de reconhecimento social. (HONNETH, 2003, p. 141)

Assim para Mead é das divergências morais que resulta o processo de evolução social e essa tese remete a idéia hegeliana de uma luta por reconhecimento que, nesse caso, ganha uma base na psicologia social.

Mead também concebe três esferas de interação social como etapas do reconhecimento intersubjetivo. Entre essas etapas ressaltamos aqui a esfera do amor. Relações amorosas são relações primárias, ligações emotivas entre poucas pessoas, podendo ser o caso das relações eróticas entre dois parceiros, amizade e relação entre pais e filhos.

Honneth apresenta a teoria de Donald Winnicott evidenciando a relação entre mãe e filho como o primeiro passo do processo de intersubjetividade. Winnicott entende a conexão entre a mãe e o bebê como uma relação de simbiose, isto é, mãe e filho estão fundidos no princípio, de modo que o bebê toma o comportamento cuidadoso da mãe como uma emanção de sua própria onipotência e a mãe percebe as reações do filho como o elemento de um único ciclo de ação. Assim, ambos vivem juntos a sensação do indiferenciado ser-um. A questão para Winnicott é: “como se constitui o processo de interação através do qual mãe e filho podem se separar do estado indiferenciado ser-um de modo que eles aprendem a se aceitar e amar, afinal, como pessoas independentes?” (HONNETH, 2003, p. 165)

Para Winnicott a cooperação intersubjetiva entre mãe e filho propicia o amadurecimento bem sucedido da criança. O autor divide esse processo de amadurecimento em fases. Winnicott chama a primeira fase de comunidade

simbiótica, momento em que a dependência é absoluta. Nesse caso a criança ainda não percebe a diferenciação entre ela mesma e o ambiente, assim suas vivências dependem completamente do auxílio da mãe. Na segunda fase a dependência já é relativa. A criança constata sua diferenciação em relação ao ambiente, entende que a mãe não está sobre o controle de sua vontade de onipotência, passa a entender a dependência relativa à mãe. Entre outras coisas, Winnicott ressalta que a criança começa a reconhecer os outros como seres com direitos próprios, manifestando dois mecanismos psíquicos que chama de destruição e fenômenos transicionais. O primeiro caso se traduz em atos agressivos contra própria mãe (golpes, mordidas etc.), isso ocorre quando a criança constata as resistências da realidade quando não é atendida em todas as vontades pela mãe. Para Winnicott o bebê testa inconscientemente se o objeto afetivamente investido pertence a uma realidade influenciável. Desse modo, os atos destrutivos levam a criança a reconhecer a mãe como um ser de direito próprio. Se essa relação for bem resolvida, isto é, se a mãe resiste a tais atos, o bebê se torna capaz de amá-la sem fantasias narcisísticas de onipotência.

Se, pelo caminho assim traçado, um primeiro passo de delimitação recíproca é bem sucedido se a mãe e a criança podem saber-se dependentes do amor respectivo outro, sem terem de fundir-se simbioticamente uma na outra. (HONNETH, 2003, p. 170)

Entre os fenômenos transacionais Winnicott trata dos objetos transacionais, isto é, aqueles com os quais a criança cria uma relação afetiva, sejam brinquedos ou o próprio dedo, os quais são tratados como posse exclusiva que são amados e odiados e nesse caso chegam a ser destruídos com paixão.

Por fim, pode-se afirmar que Winnicott vê o processo de reconhecimento entre mãe e filho como fundamental para o sujeito reconhecer-se como indivíduo simultaneamente autônomo e dependente. Honneth argumenta que o reconhecimento do amor diferencia-se do reconhecimento que se dá na relação jurídica, mas nos dois casos se tem o mesmo padrão de socialização, porque sua lógica é explicada pelo mesmo mecanismo de reconhecimento recíproco.

Após abordar as teorias de Hegel, Mead e Winnicott como fundamentos para uma teoria da luta por reconhecimento, Honneth apresenta uma estrutura das relações sociais de reconhecimento. Essa estrutura se compõe de três modos de reconhecimento: Dedicção emotiva, respeito cognitivo e estima social. A dedicação emotiva é relativa à esfera do amor no qual o sujeito reconhece suas características, carente e afetiva, nas relações primárias de amor e amizade. É nessas relações que o indivíduo adquire autoconfiança. O outro modo de reconhecimento é o respeito cognitivo relativo ao campo das relações jurídicas em que o sujeito conquista autorrespeito e imputabilidade moral. Por fim há estima social que se pauta nos valores comunitários que hierarquizam as propriedades e capacidades da personalidade. É nesse campo que o sujeito adquire autoestima quando se submete de modo bem sucedido aos valores vigentes assumindo uma posição privilegiada na hierarquia

social, cultural e econômica.

Honneth ainda apresenta às formas de desrespeito à identidade pessoal argumentando que a experiência do desrespeito pode gerar uma lesão capaz de demolir a identidade da pessoa inteira. A primeira forma de desrespeito, Honneth chama de violação e refere aos maus tratos físicos, o que é a espécie mais elementar de rebaixamento pessoal. Nesse caso uma lesão física não expressa apenas uma dor corporal, mas significa submissão a vontade alheia e disso pode-se chamar de morte psíquica. A violação abala a confiança que foi apreendida através do amor, o que consiste na perda da confiança em si e no mundo. A segunda forma de desrespeito afeta o autorrespeito moral, pois consiste na exclusão de determinados direitos, motivo pelo qual Honneth a denomina privação de direitos, fenômeno que gera a morte social. A terceira forma de desrespeito consiste na degradação valorativa de determinados padrões de autorrealização, isso equivale à desvalorização pessoal num determinado contexto que abala a autoestima pessoal, o autor chama essa degradação de vexação.

Por fim ressaltamos que Honneth faz referência a abordagem histórica de Edward Palmer Thompson sobre a reação das camadas baixas inglesas contra a industrialização capitalista. Nessa análise Thompson indica que as camadas baixas não buscavam apenas superar a miséria e a privação econômica, mas essas camadas sociais realizavam rebeliões movidas por forças morais. O argumento de Thompson vai de encontro com a tese de Honneth de que as lutas sociais não visam apenas melhores condições materiais de vida, mas consistem antes disso em lutas, alimentadas por forças morais, e visam o reconhecimento nas diversas esferas da vida social, desde a esfera da família até a dimensão da sociedade civil.

Portanto, é notável que Honneth construiu uma teoria crítica do reconhecimento que permite pensar em caminhos emancipatórios a partir do não reconhecimento em suas formas de desrespeito, o que alimenta moralmente a luta por reconhecimento.

CONCLUSÃO

Taylor e Honneth abordam o tema do reconhecimento como um tema de dupla face. Por um lado, a busca humana por reconhecimento é universal, ou seja, ocorre em variados contextos históricos e sociais. Essa faceta permite uma abordagem filosófica que fornece as reflexões e conceitos fundamentais sobre o tema. Por outro lado, Taylor e Honneth buscam situar as lutas por reconhecimento em um contexto específico, a modernidade ocidental. Essa faceta do tema leva a consolidação de uma sociologia do reconhecimento sintetizada em teorias que descrevem a luta pelo reconhecimento como um conflito moral no qual algumas características identitárias são mais aceitas e desejáveis.

Taylor apresenta os valores essenciais da cultura ocidental como elementos fundamentais do pano de fundo que se corporificam nos sujeitos, determinando

noções morais, modos de comportamento e o sentido da ação. Honneth evidencia as esferas do reconhecimento desde as relações primárias enfatizando que essas serão determinadas para a atuação da personalidade na busca do reconhecimento. Assim os dois autores demonstram o caráter moral que o reconhecimento adquire na vida social. Os homens buscam ser reconhecidos por características moralmente aceitas no contexto social e evitam os rótulos moralmente condenáveis. Essas referências de comportamento padronizam as relações possibilitando intersubjetividade.

Taylor e Honneth revisam os aspectos filosóficos da luta por reconhecimento e ambos reconhecem o papel central da filosofia hegeliana como pedra fundamental das principais teorias elaboradas a respeito do tema. A partir disso, os conflitos sociais podem ser entendidos como uma luta por reconhecimento que impulsiona mudanças sociais. Essa perspectiva fundamenta uma teoria social na qual a formação da identidade deve estar vinculada ao reconhecimento intersubjetivo. A sociedade passa por uma evolução moral de ampliação de direitos que ampliam as formas de reconhecimento, desde as relações interpessoais até a consolidação do reconhecimento jurídico do Estado em relação à sociedade.

A reprodução social se dá através de um processo de lutas através das quais os agentes (indivíduos e grupos) buscam o reconhecimento recíproco de sua dignidade moral e de seus direitos. As lutas sociais não visam apenas melhores condições materiais de vida, mas são motivadas por forças morais que visam o reconhecimento em diversas esferas da vida social.

REFERÊNCIAS

HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento*. São Paulo. Editora 34. 2003

MATTOS, Patrícia. *A Sociologia do Reconhecimento*. São Paulo. Annablume. 2006.

TAYLOR, Charles. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo. Loyola. 2000.

_____. *Human Agency and Language*. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.

SOBRE A ORGANIZADORA

MARIA IZABEL MACHADO Possui graduação (Bacharelado em Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2009). Em 2012 defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFPR) na linha de pesquisa “Cultura e Sociabilidades” no eixo temático Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Em 2017 defendeu sua tese de doutorado (UFPR) também na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades, desta vez no eixo temático Gênero e trabalho. Como pesquisadora se dedicou durante sua formação acadêmica aos temas economia solidária, gênero, trabalho e cuidado. Atualmente as pesquisas em curso se inscrevem na perspectiva pós-estruturalista e de gênero acerca da cartografia dos sujeitos no ensino superior, especialmente na formação em pedagogia.

Como educadora atuou na formação de lideranças populares por meio de ONGs e outras instituições, e também com formação de professores em projetos de cultura de paz nas escolas.

Atuando na docência nas redes públicas e privada desenvolveu trabalhos acerca da inclusão e segregação no ambiente escolar e com uso de literatura em sala de aula para ensino-aprendizagem de sociologia, na educação básica, especialmente no ensino médio.

No ensino superior atuou na Universidade Federal do Paraná (Departamento de Sociologia), na Universidade Estadual de Ponta Grossa (Departamento de Educação) e atualmente atua como docente na Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Educação), ministrando disciplinas de sociologia da educação, cultura brasileira e gênero. Nesta instituição ainda desenvolve projeto de extensão interdisciplinar a partir da imbricação educação, sociedade e cultura.

Contato: mariaizabelmachado@ufg.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes 52, 56, 59, 60, 61, 62

Acumulação Flexível 53, 54, 56

Antropoceno 39, 40, 42, 45, 46, 48, 49

Autointerpretação 21, 24

Autonomia 8, 11, 13, 16, 24, 29, 43, 64, 65, 72, 80, 95, 110

B

Banalidade Do Mal 35

C

Cidade 22, 26, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 57, 62

Conflito 2, 4, 6, 20, 28, 31, 33, 67

Consciência De Si 30, 105, 107

E

Ecologia 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123

Ecosofia 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

Educação 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 29, 35, 91, 107, 111, 113, 114, 115, 123, 125

Ensino De Filosofia 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Ensino Engajado 105, 111, 113

Escola De Frankfurt 78

Estética 9, 10, 11, 15, 19, 53, 83, 84, 90, 106

Ética 28, 29, 35, 53, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 95, 101, 121

Eugenia 63, 64, 65, 66, 69, 70, 72, 73, 74

F

Filosofia Do Direito 91, 92, 93, 95, 101, 104

G

Genética 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73

I

Identidades 27

Industria Cultural 17

L

Liberdade 2, 3, 7, 12, 14, 16, 29, 37, 43, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 87,

88, 89, 100, 101, 106, 107, 108

Linguagem 12, 14, 21, 22, 63, 65, 67, 68, 69, 73, 74, 102, 108

M

Massificação 8, 12, 16, 17, 58

Materialismo Histórico 75, 76, 77, 78, 79, 82

Mecanosfera 121

Meio Ambiente 15, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Modernidade Líquida 35, 37

Moral 20, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 63, 69, 71, 72, 74

N

Nazismo 35, 36, 80

Neomarxismo 75

Norma 31, 71, 91, 94, 95

P

Performance 83, 87, 88, 89

Pulsão 1, 3, 6

R

Razão Comunicativa 63

S

Sufrimento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 12, 37

T

Tecnologia 8, 15, 39, 40, 41, 42, 52, 58, 81, 115, 124

Telefonia Móvel 52, 58, 59

Teoria Crítica 10, 15, 19, 54, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82

Teorias Do Reconhecimento 20

Trânsito 41, 52, 56, 58, 60, 61, 62

Trieb 1, 2, 3, 4, 6, 7

U

Unidimensionalidade 39, 42, 46

V

Valor 23, 24, 25, 91, 93, 94, 95, 97, 101, 119, 120

Vontade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 23, 31, 32, 33, 84, 99, 118

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-708-6



9 788572 477086